

A construção social de mercado na operacionalização das compras públicas junto à agricultura familiar

The social construction of the market in the operationalization of public purchases with family farming

Eliene Cristina Barros Ribeiro ^a
Cleber Augusto Pereira ^b

Denise da Costa Ribeiro ^c
Jefferson de Lima do Nascimento ^d

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa institucional do Governo Federal que garante a alimentação escolar da educação básica nas escolas públicas, visando também a construção social de mercados envolvendo a agricultura familiar. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a relação social de mercado mediante a dinâmica institucional entre as prefeituras e os agricultores familiares via PNAE, buscando conhecer os avanços, os entraves e os recursos envolvidos. A pesquisa foi desenvolvida na região Oeste do Maranhão/Pré-Amazônica, mediante uma estrutura multicase e método qualitativo utilizando Análise de Similitude, Análise das Especificidades e a Análise Fatorial Confirmatória. Os resultados indicam que o PNAE possui notória importância enquanto mercado social para os agricultores familiares. Quanto aos entraves, destaca-se o número reduzido de associações que participam da chamada pública, mediante problemas documentais na regularização da DAP jurídica das associações. As análises dos relatórios de fiscalização demonstraram pontos que precisam ser superados, como adquirir conhecimentos quanto à formação de preços e a presença da fiscalização quanto à execução do programa.

Palavras-chave: Dinâmica institucional; PNAE; Desenvolvimento social; Agricultor familiar.

JEL: I23; I28; I26.

ABSTRACT

The National School Feeding Program (NSFP) is an institutional program of the Federal Government that guarantees school meals for basic education in public schools, also aiming at the social construction of markets involving family farming. Thus, this work aim to analyze the social market relationship through the institutional dynamics between city halls and family farmers via NSFP, seeking to understand the advances, obstacles and resources involved. The research was developed in the Western region of Maranhão/Pre-Amazon, using a multi-case structure and qualitative method using Similarity Analysis, Specificity Analysis and Confirmatory Factor Analysis. The results indicate that the NSFP has notable importance as a social market for family farmers. As for obstacles, the small number of associations participating in the public call stands out, due to documentary problems in regularizing the associations legal DAP. Analysis of inspection reports demonstrated points that need to be overcome, such as acquiring knowledge regarding price formation and the presence of inspection regarding the execution of the program.

Keywords: Institutional dynamics. NSFP. Social development. Family farmer.

Submitted em: 25 de abril de 2023.

Accepted em: 11 de julho de 2023.

^a Mini-currículo. Doutora em Engenharia e Gestão Industrial pela Universidade de Aveiro (Portugal). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: eliene.cbr@ufma.br

^b Mini-currículo. Doutor em Engenharia Elétrica e de Computadores pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Professor Adjunto no Curso de Ciências Contábeis na UFMA. E-mail: cleber.pereira@ufma.br

^c Mini-currículo. Graduada em Ciências Contábeis pela UFMA, Brasil. E-mail: denisecosta0808@gmail.com

^d Mini-currículo. Graduado em Ciências Contábeis pela UFMA, Brasil. E-mail: jefferson.liasci@gmail.com

1. Introdução

A comercialização institucional via agricultura familiar abrange os mercados concebidos a partir de construções sociais, envolvendo compradores das esferas públicas e privadas, mediante relações de proximidade e um diferenciado mecanismo de formação de preços. Essa construção social mercadológica surge sob diversas formas, seja pela busca por novos espaços de comercialização por parte dos agricultores familiares, ou pela busca por novas formas de alimentação da sociedade, mesmo que esses processos ocorram simultaneamente às formas dominantes (Schubert; Schneider, 2016).

Visando incentivar a construção social da comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar e promover a educação nutricional no âmbito escolar, em 1955, o governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O programa é coordenado pelo Ministério da Educação (MEC), mediante o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE). Desde 2010, com a edição da Lei n. 11.947/09, todos os municípios e estados participantes do PNAE passaram a adquirir compulsoriamente um mínimo de 30% de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, baseado no total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE. Institucionalmente, as compras para o PNAE devem ser provenientes do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (FNDE, 2018a).

Pela sua magnitude, o PNAE é considerado um dos maiores programas de alimentação em nível mundial, garantindo, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica, matriculados em escolas públicas e filantrópicas. No relatório publicado pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2016, destacou-se que a solidez e a sustentabilidade dos programas de alimentação escolar se devem ao fato de serem executados localmente, resultando em benefícios às comunidades. O Brasil foi um dos 14 países avaliados e recebeu papel de destaque por associar a alimentação escolar à compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar local (Gomes *et al.*, 2018).

Essa realidade reforça a possibilidade dos estados e, principalmente dos municípios, inserirem o PNAE como política de apoio ao desenvolvimento sustentável, uma vez que auxilia a equacionar um dos principais problemas da agricultura familiar, qual seja, a dificuldade para inserção da sua produção no mercado. Do ponto de vista mercadológico, o PNAE é um modelo de construção social de mercado via compras institucionais, o qual possibilita aos agricultores familiares atuarem como fornecedores, além de contribuir para que se organizem e fortaleçam suas ações comerciais (Schwartzman *et al.*, 2017). Assim, destaca-se que a relação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar pode promover uma importante transformação na realidade social, principalmente em regiões mais empobrecidas do país.

Do ponto de vista das famílias, das escolas e dos agricultores familiares, Nero, Garcia e Almassy Jr (2023) afirmam que a alimentação escolar é uma estratégia eficaz para a implantação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, contribuindo para um atendimento eficiente pelo PNAE e atuando na redução da incidência de doenças causadas por alimentação inadequada entre as crianças.

Porém, vale elucidar os diversos obstáculos enfrentados pelos agricultores familiares e suas organizações para acessar e se estabelecer nesse mercado institucional, como questões estruturais; organização da categoria; dificuldade na gestão dos custos; logística de distribuição; e pouco conhecimento sobre as leis que regem esse relacionamento (Triches; Grisa, 2015; Bevilacqua; Triches, 2015).

Destarte, este artigo objetiva analisar a relação social de mercado mediante a dinâmica institucional entre as prefeituras e os agricultores familiares via PNAE, buscando conhecer os avanços alcançados, os entraves encontrados e os recursos envolvidos. A pesquisa foi desenvolvida na região Oeste do Maranhão/Pré-Amazônica, no período entre abril e junho de 2020. Pretende-se também analisar os limites a serem superados para que haja maior oferta de gêneros alimentícios e, conseqüentemente, maior participação da agricultura familiar no mercado regional.

Nesse contexto, este estudo pode ser justificado com os argumentos de Sambuichi *et al.* (2014) e Elias *et al.* (2019), tendo em vista que a comercialização de alimentos via PNAE, na prática, ainda é recente, o que explica a falta de estudos e dados concretos e sistematizados que contribuam para análises de formas mais amplas a respeito dos avanços, desafios e entraves do programa. Destaca-se a importância de estudos em regiões empobrecidas do Brasil, bem como propor possíveis sugestões aos entraves encontrados na relação entre os agricultores familiares e as prefeituras, via construção de mercados sociais.

Para o desenvolvimento deste artigo, destacou-se como lente teórica a dinâmica institucional e a construção social de mercados – mediante as análises de Similitude, das Especificidades e Fatorial Confirmatória (AFC) – como um dos contributos deste trabalho. Dessa forma, este estudo está estruturado em seções, sendo a primeira a introdução. A segunda apresenta as teorias que dão sustentação à investigação do tema, no qual consta a dinâmica institucional e as relações sociais de mercado via PNAE. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia utilizada; a quarta seção destaca os resultados e discussões; e, na última seção, estão as considerações finais.

2. A DINÂMICA INSTITUCIONAL E A RELAÇÃO SOCIAL DE MERCADO NAS COMPRAS PELO PNAE

O ambiente institucional abarca diversas fontes de pressões que influenciam a estrutura e o comportamento das organizações, provenientes de normas, pressões legais e forças reguladoras do Estado e do mercado. Assim, os compradores e os fornecedores precisam se adequar ao ambiente estabelecido, por meio do isomorfismo, o qual é definido como um conjunto de ações e comportamentos que contribuem para modificar as características organizacionais, na direção de compatibilizá-las com as características do ambiente competitivo e/ou institucional (DiMaggio; Powell, 1983).

O isomorfismo competitivo é geralmente observado em ambientes de competição livre, nos quais as organizações sofrem pressões do mercado e das relações de troca, alterando os seus nichos ou se adequando a ele para se manterem competitivas. Já no isomorfismo institucional, as influências e pressões são exercidas pelas instituições constituindo o ambiente, de maneira que as organizações passam a buscar uma adequação social e a legitimação institucional, tornando-se semelhantes umas às outras (Hemmert *et al.*, 2016). Destaca-se o foco deste trabalho voltado ao isomorfismo institucional, uma vez que se trata de um programa social com regras impostas pelo governo, em que empresas buscam uma adequação socioeconômica às normas institucionais.

Identifica-se que, ao longo de seus mais de 60 anos, o PNAE possui um longo histórico de descentralização lenta e gradual. No início, todas as decisões, assim como a execução, eram centralizadas na capital federal, mas, atualmente, é um programa de caráter nacional, executado diretamente pelos municípios e estados, sem necessidade de convênios. Dos municípios e estados executores é exigida a aplicação das normativas e os requisitos estabelecidos pelo FNDE (2018b), como, por exemplo, a estruturação de um conselho de política pública e o Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

As aquisições do PNAE são realizadas por meio de chamadas públicas divulgadas em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, além de divulgada em sítio na *internet* ou na forma de mural em local público de ampla circulação. Os fornecedores são agricultores familiares detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e, quando estiverem organizados em grupos formais, essas organizações necessitam ser detentores de DAP Jurídica (FNDE, 2018a).

No Brasil, a agricultura familiar é uma categoria flexível que vai da agricultura de subsistência, à monocultura com recursos técnicos. No entanto, o principal conceito de agricultura familiar a ser utilizada neste trabalho está relacionado aos critérios de elegibilidade para aceder ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com as seguintes características (Brasil, 2006, art. 3º: “(i) a família deve residir na propriedade rural; (ii) 30% a 70% da renda familiar deve ser proveniente da propriedade rural; (iii) o trabalho familiar deve ser a principal força de trabalho na propriedade; (iv) ter obtido renda bruta anual de R\$55 mil nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP”. Porém, uma importante limitação das ações do PRONAF está relacionada à falta de organização dos agricultores familiares em associações ou cooperativas, principalmente na região Nordeste do país (Gomes *et al.*, 2018).

Em se tratando do PNAE, Sambuichi *et al.* (2014) e Triches (2015) apontam esse mercado social como benéfico, pois contribui para a geração de renda complementar à agricultura familiar, além das contribuições para a segurança alimentar e nutricional de suas famílias. Dentre os principais aspectos positivos que o programa traz à sociedade, nota-se a obrigatoriedade do fornecimento de frutas e hortaliças, restrição de bebidas com baixo valor nutricional e de alimentos com altas taxas de gorduras, sal e açúcar, além do estímulo da produção agroecológica.

Uma das principais dificuldades identificada é a precária organização dos produtores, impactando, por exemplo, na impossibilidade de emitir notas fiscais para os seus clientes no momento da venda dos produtos, além da falta de qualificação para atender aos requisitos sanitários, de escala, qualidade e de fornecimento. Esses fatores se agravam quando as escolas não possuem espaços de armazenagem dos produtos (Triches; Grisa, 2015; Elias *et al.*, 2019).

Um contraponto a essas dificuldades foi relatado no Ceará, em 2019, em uma pesquisa realizada com uma amostra de 82 agricultores familiares, 37 beneficiários e 45 não beneficiários do PNAE (Sousa; Oliveira; Ferreira, 2021). Os resultados demonstraram que produtores familiares rurais que fornecem gêneros alimentícios para a merenda escolar, estão empregando os fatores de produção de modo mais eficiente do que aqueles que não são beneficiários desse programa, permitindo inferir que essa política pública contribui com a eficiência dos agricultores familiares.

Apesar de o PNAE proporcionar a valorização do agricultor familiar, alguns percalços ainda limitam a inserção dos mesmos ao mercado, principalmente, as dificuldades para atender aos padrões exigidos pelas prefeituras, a falta de documentações exigidas e os problemas com logística. Essas limitações junto aos mercados institucionais impedem que os recursos do programa sejam alocados a esse público, fazendo com que sejam aplicados para aquisições de produtos de outros fornecedores nos mercados tradicionais ou devolvidos ao governo federal (Bevilaqua; Triches, 2015).

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo, realizou-se um estudo multicaso qualitativo, realizando entrevistas e as análises de Similitude, das Especificidades e Fatorial Confirmatória (AFC). Houve a análise dos municípios do Oeste do Maranhão: Imperatriz, Açailândia, Itinga do Maranhão, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios, como mostra a Figura 1.

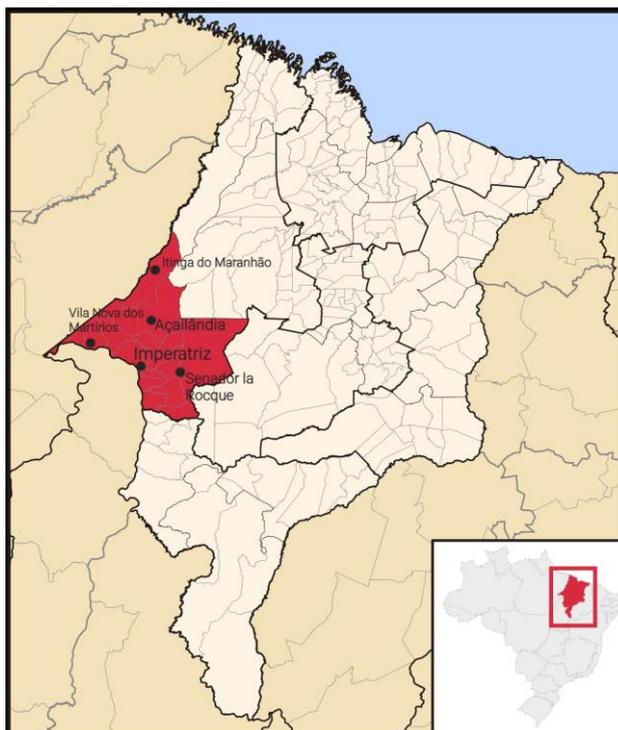


Figura 1 – Mapa com os municípios analisados na pesquisa de campo
Fonte: Elaborado pelos autores.

Destaca-se que, inicialmente, houve a seleção das regiões Sul e Oeste do Maranhão; porém, ao iniciar a pesquisa de campo, apenas os cinco municípios apresentados na Figura 1 possuíam compras regulares junto ao PNAE em um prazo mínimo de cinco anos recorrentes.

Os agentes entrevistados foram divididos em dois grupos distintos: (i) três nutricionistas responsáveis pelos cardápios e acompanhamento da execução do PNAE nos municípios, sendo uma responsável pelos municípios de Imperatriz e Senador La Rocque, uma responsável pelos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão, e uma responsável pelo município de Vila Nova dos Martírios; e (ii) um diretor e membro da associação responsável pelo abastecimento de produtos advindos da agricultura familiar. Foram realizadas entrevistas gravadas com duração de 40 a 60 minutos cada, mediante roteiros semiestruturados, entre abril e junho de 2020.

Analisou-se também cinco relatórios com informações acerca da gestão do PNAE em municípios maranhenses, a saber: um relatório de fiscalização realizado pela Secretaria Federal de Controle Interno, vinculada à Controladoria Geral da União no Município de Imperatriz, em 2017; dois relatórios do município de Senador La Rocque (o primeiro realizado pela Controladoria Geral da União, em 2010, e o segundo com caráter de auditoria realizado pelo Tribunal de Contas da União); um relatório de auditoria realizado pelo FNDE no Município de Vila Nova dos Martírios, em 2014; e, um relatório do CAE do Município de Imperatriz. Ressalta-se que foram analisados os documentos que estavam disponíveis nas plataformas governamentais referentes ao funcionamento do PNAE nos municípios analisados.

3.1 Análise dos dados

Quanto aos métodos para tratamento dos dados, utilizou-se as Análises de Similitude; Análises das Especificidades e as Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC), similar ao estudo de Porte, Sampaio e Pereira (2020). Após a coleta de dados, estruturou-se as informações das entrevistas e dos relatórios em único *corpus* textual para realizar a Análise de Conteúdo baseada nas técnicas

de Bardin (1977). Como ferramenta auxiliar na análise dos dados, utilizou-se o *software* Iramuteq, que processa arquivos textuais utilizando como base a linguagem de programação do software R de análises estatísticas. Esse *software* atribui que as palavras utilizadas em um determinado contexto similar estão agrupadas em um mesmo grupo léxico, realizando, assim, análises qualitativas de dados textuais a partir de contextos e classes de conteúdo com base na analogia de vocabulário (Andrade Júnior; Andrade, 2016).

Quanto à estruturação dos dados na forma de *corpus* textual, realizou-se a remoção dos trechos das perguntas para não comporem as análises e, conseqüentemente, influenciar os resultados. As palavras evidenciadas foram lematizadas, isto é, processo que reúne as variadas flexões de uma mesma palavra, evitando repetições dos termos, e gerando um agrupamento das palavras flexionadas em número, pessoa e outros (Camargo; Justo, 2016; Chaves *et al.*, 2017).

Para definição da tipagem das palavras utilizadas na pesquisa, optou-se por selecionar apenas os adjetivos, substantivos e verbos contidos nos dados da pesquisa. As formas ativas foram selecionadas por modalidades, realizando a comparação dos textos de cada entrevista ou relatório abordado nesta pesquisa, passando pelo teste de distribuição do qui-quadrado, que demonstrou a força associativa existente entre as palavras e as classes que elas pertencem.

3.2 Análises aplicadas ao *corpus* textual

A partir dos dados obtidos e após estruturação do *corpus*, realizou-se, inicialmente, a Análise de Similitude. Segundo Camargo e Justo (2013), a Análise de Similitude consiste na possibilidade de identificação da frequência em que as palavras são evocadas em um texto, auxiliando na indicação de conexidade entre as palavras. A utilização da análise de similitude teve como intuito revelar as associações que as palavras assumem no contexto dos dados obtidos. Baseado na teoria dos grafos, a Análise de Similitude tem o objetivo de apresentar a visualização da coocorrência entre as palavras, sendo possível identificar graficamente os termos de maior frequência ao centro. Nas lateralidades, encontram-se as palavras menos frequentes relacionadas aos termos centrais, podendo, assim, inferir sobre a estrutura de construção do conteúdo e os temas centrais, identificando as ocorrências e as conexidades entre as palavras.

As palavras evocadas com maior frequência nas entrevistas, bem como nos relatórios, são destacadas na Análise das Especificidades (AE), a qual apresenta um grupo de cores distintas. Cada uma dessas cores representa a expressão mais utilizada dentro de uma modalidade, seja ela entrevistas ou relatórios. A AE resulta em um gráfico de plano cartesiano, no qual são representadas as várias palavras associadas, demonstrando as proximidades, os extremos e as tendências dos segmentos do *corpus* (Camargo; Justo, 2013).

Posteriormente, gerou-se a Análise Fatorial Confirmatória (AFC), representando os dados da análise graficamente e permitindo visualizar a proximidade entre as palavras ou classes. O processo é concluído com a AFC, associando os textos com variáveis e possibilitando a associação dos textos em função das variáveis que o caracterizam (Salviati, 2017).

Por último, efetuou-se a Análise de Especificidades, também denominada Análise de Contrastes, auxiliando no processo de comparação da distribuição das formas linguísticas em diferentes quadrantes do *corpus* textual utilizado. A análise também permite evidenciar as diferenças que possam existir no uso dos termos, de acordo com cada agente participante da pesquisa, demonstrando tendências na distribuição dos termos significativos dentro do contexto do *corpus* textual utilizado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A região Oeste do Maranhão está localizada no estado do Maranhão, na Região Nordeste do Brasil, com área ocupada em relação ao estado de 29.245,93 km², cuja população atingiu 593.728 no levantamento do último censo, realizado no ano de 2022 (IBGE, 2023). Entretanto, diante do material coletado, a pesquisa se limitou a trabalhar com apenas cinco dos dezesseis municípios que compõe a região Oeste, sendo eles: Açailândia, Imperatriz, Itinga do Maranhão, Senador La Rocque e Vila Nova dos Martírios, cuja área totaliza 12.685,816 km², com Biomas que mesclam entre a Amazônia e o Cerrado (IBGE, 2023).

A agricultura familiar na região Oeste do Maranhão é composta por diversas propriedades que produzem alimentos, que vão desde hortaliças e frutas à gado leiteiro. A venda desses produtos se dá prioritariamente via PNAE, venda em feiras livres e venda para restaurantes, padarias e outros. Os agricultores familiares entrevistados nesta pesquisa são proprietários das terras, cujo trabalho é realizado pelos próprios familiares. Ainda que esses produtores cultivem alimentos de procedência reconhecida no mercado local, existe uma carência de associações e cooperativas que deem o suporte necessário para fomento da produção na região, bem como na organização dos documentos necessários para participarem dos programas governamentais.

4.1 Análise de similitude das entrevistas e documentos

As análises de similitude deste item, bem como as análises seguintes, englobam os principais termos extraídos das entrevistas que foram realizadas.

As entrevistas foram aplicadas aos seguintes atores:

- (a) presidente de uma associação (entrevista 01);
- (b) nutricionistas responsáveis pelos cardápios e acompanhamento do PNAE (entrevistas 02, 03 e 04);
- (c) o relatório do Conselho de Alimentação Escolar (relatório 5);
- (d) os relatórios de fiscalização dos órgãos fiscalizadores do programa nos municípios (relatório 5.1; 6; 6.1 e 7).

Os principais termos evocados estão representados na Figura 2 e, para fins de reunir os principais termos evocados nas entrevistas, o critério de análise limitou as 13 primeiras palavras de maior ocorrência em ordem decrescente (Figura 2).

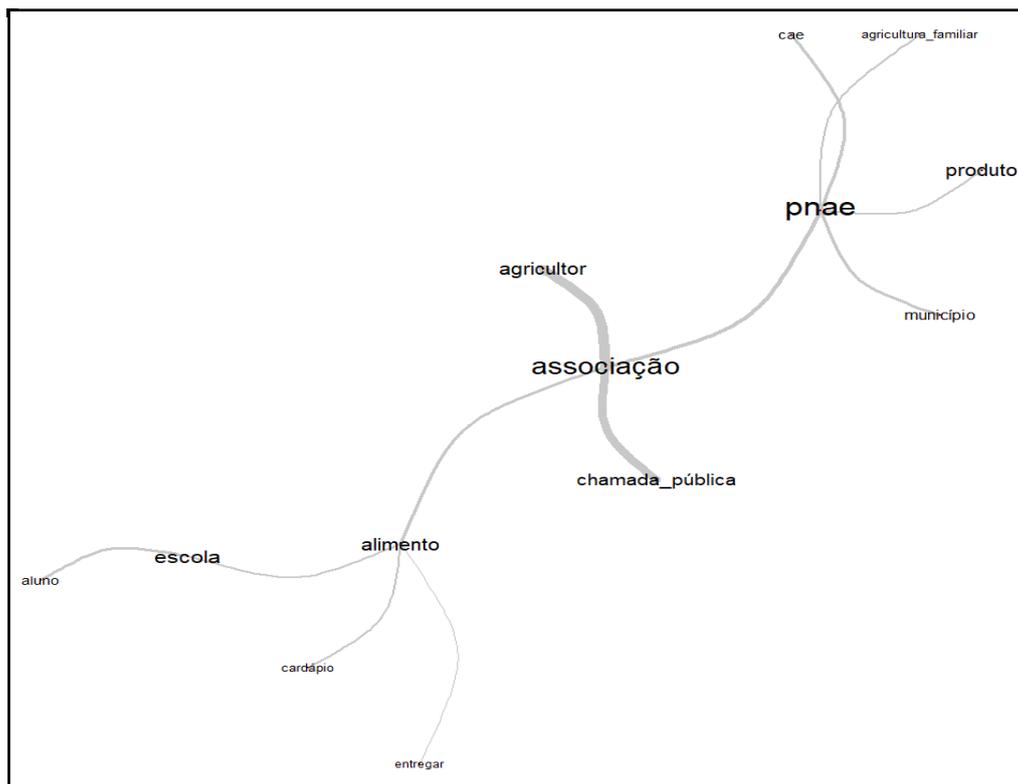


Figura 2 – Análise de similitude das entrevistas e relatórios
 Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Analisando a Figura 2, percebeu-se o destaque do termo “associação” juntamente com a expressão “PNAE”, uma vez que no decorrer das entrevistas as associações foram descritas como um importante elemento de cooperação para que o PNAE seja executado com maior efetividade, tanto para agricultores familiares quanto para as prefeituras. Considera-se que, a partir do momento que uma associação é aprovada em uma chamada pública, a mesma se torna a responsável pela execução do PNAE. A organização dos agricultores familiares em associação, garante-lhes poder de barganha quanto a preços e entrega dos produtos, bem como confere agilidade para as prefeituras no processo de compra. Em contrapartida, nos relatórios, o termo PNAE parece vinculado a uma parte frágil do programa, uma vez que nele é relatado a falta de equipes suficientes para atuar no processo de fiscalização.

No Gráfico 1, parte integrante da Figura 3, apresentaram-se os termos “chamada pública”, “agricultor” e “associação”, e seus respectivos percentuais de evocação no *corpus* textual. Esses elementos representam a frequência em quantidade e percentual dos elementos centrais da Figura 2. Ressalta-se que as associações somente passam a ser responsáveis pela execução do PNAE após vencerem a chamada pública, mediante a comprovação documental, conforme explicado detalhadamente na **entrevista 03** (Nutricionista dos municípios de Açailândia e Itinga).

[...] a associação primeiro participa da **chamada pública** e precisa apresentar os **documentos exigidos**, e muitas delas não têm. Ficamos reféns dos produtos que os **agricultores familiares** da **associação** conseguem produzir que nem sempre são os que realmente precisamos ou na quantidade que precisamos (A.R., destaque nosso).

Destaca-se que os agricultores familiares que compõe as associações, são elementos-chave na produção dos alimentos que serão entregues nas escolas, conforme as exigências das prefeituras.

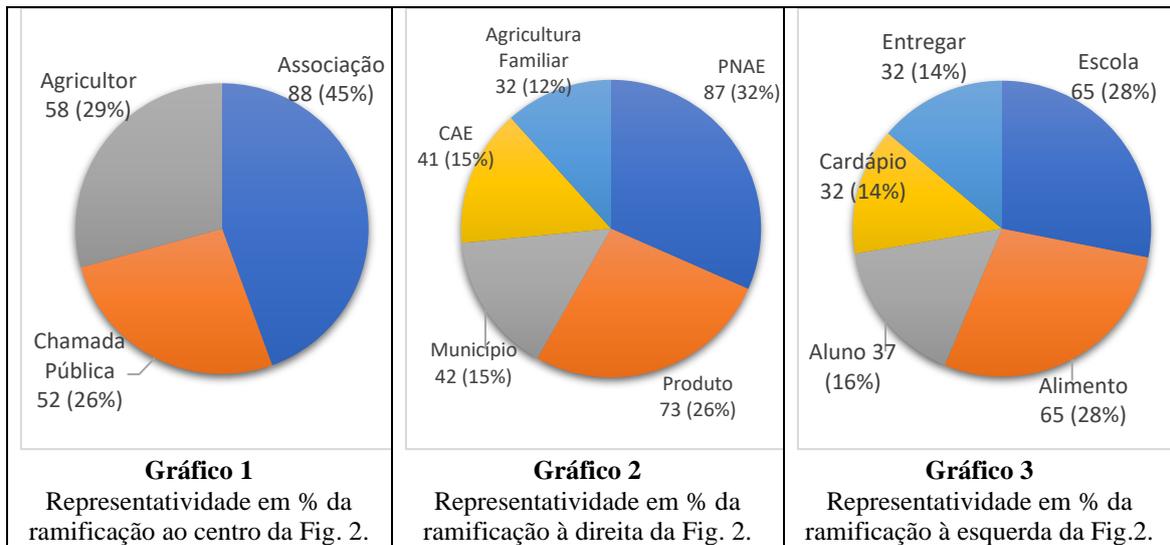


Figura 3 – Ramificações da Análise de Similitude

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O Gráfico 2 da Figura 3 apresenta outras ramificações, sendo o termo “PNAE” apresentado como uma ramificação que originou as palavras “produto”, “município”, “CAE” e “agricultura familiar”. Essas conexões (Figura 2) são justificadas à medida que os produtos produzidos pela agricultura familiar são entregues aos municípios por meio da associação responsável pela execução do PNAE, processo esse que foi descrito na entrevista 1 (Presidente da Associação de Produtores Familiares dos municípios pesquisados).

[...] os **agricultores familiares** podem participar fora da associação, mas precisam ter a DAP regularizada. Porém, o que chamam grupos formais, que são as associações e cooperativas com DAP jurídica têm prioridade sobre os **agricultores familiares** individuais. Os **produtos** devem ser produzidos localmente e a nutricionista participa ativamente, pois é responsável pela elaboração do cardápio (J.R.C., desta que nosso).

A partir dessa sequência de ramificação e de funcionamento do Programa, surgiu um novo personagem, o CAE. Esse órgão possui papel fundamental quanto à fiscalização, a fim de garantir que o recurso esteja sendo aplicado na aquisição de produtos de qualidade. Possui também a função de zelar pela concretização de uma alimentação escolar de qualidade, fato reforçado pelas nutricionistas ao decorrer das entrevistas.

Os relatórios também cooperaram para que esses vocábulos ganhassem destaque, como ocorrido no relatório 6, cujo termo “CAE” está ligado à principal deficiência na execução do PNAE no município, uma vez que esse órgão tem se mostrado falho no que tange a organização documental, além da ausência de conhecimento acerca das atribuições do órgão perante o programa. Já no relatório 6.1, o vocábulo com maior repetição se configurou no “produto”, apontando as falhas tanto no controle de recebimentos quanto na ausência do cumprimento dos cardápios com produtos elaborado pelas nutricionistas.

O Gráfico 3 aborda a última ramificação contida na Figura 2, ressaltando a correlação das associações ao ramificar outras cinco palavras que aparecem com menor frequência, mas que

representa também a essência do PNAE. Destaca-se a descrição na entrevista 3, e a identificação das palavras de destaque, sendo elas: “escola”, “alimento”, “aluno”, “cardápio” e “entregar”.

As escolas recebem os alimentos conforme cardápio elaborado por nutricionistas, responsáveis pelo valor nutricional; e esses produtos são cultivados pelos agricultores familiares associados, responsáveis pela entrega dos produtos. Outrossim, essas escolas ficam encarregadas do armazenamento, da preparação e da distribuição dos alimentos aos alunos. Nesse sentido, o aluno surge na extremidade dessa ramificação, representando o objetivo de proporcionar uma alimentação escolar com nutrientes necessários à saúde dos mesmos.

O cumprimento desse ciclo também foi mencionado no relatório 5.1, referente ao município de Imperatriz, ao apresentar uma entidade executora que atendeu às exigências do programa, cujo levantamento e distribuição dos produtos foram realizados mediante censo escolar para atender ao quantitativo de alunos existentes na escola.

4.2 Análise Fatorial Confirmatória

A partir do método da Análise Fatorial Confirmatória (AFC), buscou-se representar graficamente as relações estabelecidas entre os termos em um plano fatorial de duas dimensões, os termos linguísticos e as variáveis envolvidas no contexto analisado.

É possível, portanto, verificar nos quadrantes da AFC (Figura 4), os termos que ganham maior evidência dentro de um contexto específico em que foram evocados, assumindo, assim, cor, posição e tamanho de fonte específicos para cada contexto e variável dentro do corpo textual.

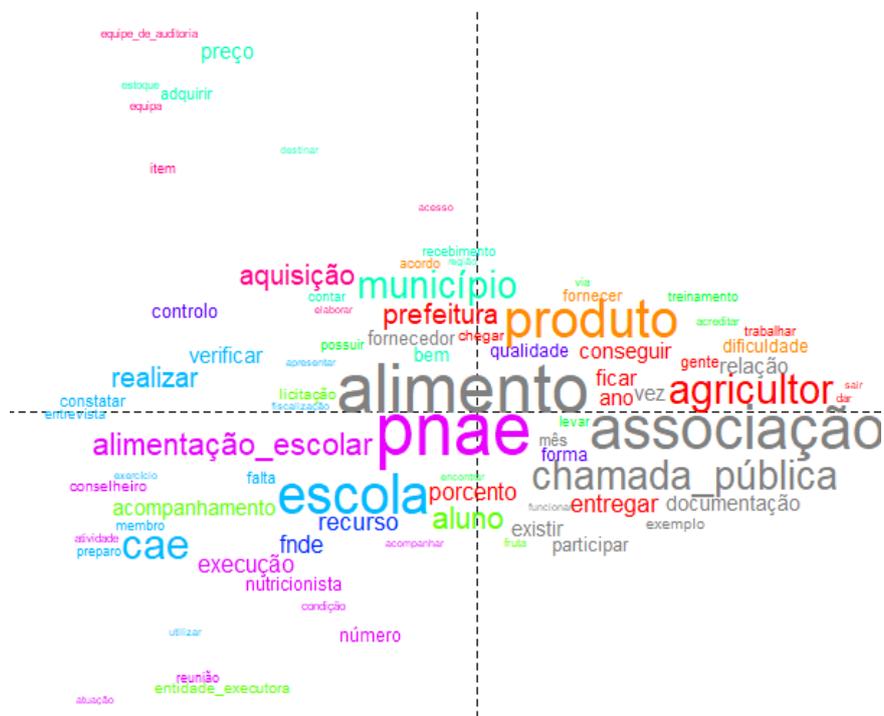


Figura 4 – Análise Fatorial Confirmatória das entrevistas e Relatórios
Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Diante da análise das formas presentes na AFC, pode-se observar as expressões em fontes destacadas na cor vermelha, sendo elas “agricultor”, “entregar”, “prefeitura” e “trabalhar”. Esses termos foram identificados na entrevista com o presidente da Associação 1, embora a sua proporção destacável também esteja ligada à frequência em que ela é evocada nas demais entrevistas.

Quanto aos termos evidenciados na entrevista com a Nutricionista 1 (municípios de Imperatriz e Senador La Rocque), ganham destaque “produto”, “dificuldade”, “fornecer” e “acordo” nas (cores laranja). No que tange aos vocábulos com maior evocação na entrevista com a Nutricionista 2, pode-se destacar “alimento”, “associação”, “chamada pública”, “documentação”, “participar” e “fornecedor”, ambos representados na cor preta. Na entrevista com a Nutricionista 3, foram evidenciadas as expressões “treinamento” e “acreditar”, na cor verde limão.

Em relação aos relatórios de fiscalização, no que diz respeito à ata disponibilizada pelo Conselho de Alimentação Escolar do município de Imperatriz (cor verde limão), os termos mais frequentes que emergiram foram “entidade executora”, “acompanhamento” e “aluno”. No relatório de fiscalização do mesmo município, percebeu-se os termos “execução”, “PNAE” e “nutricionista”, na cor fúcsia, com maior evidência.

No relatório do município de Senador La Rocque, em 2010, os termos em azul claro que foram evidenciados são “CAE”, “realizar”, “verificar” e “preparo”. No relatório de fiscalização desse mesmo município, em 2017, o termo que se destaca em laranja é “produto”. E, por último, no relatório de fiscalização do município de Vila Nova dos Martírios, as palavras trazidas na AFC são “FNDE” e “recurso”, na cor azul marinho.

4.3 Análises das Especificidades nas Entrevistas e Relatórios

A análise das especificidades permite a agregação de textos em função das variáveis de caracterização, assumindo uma comparação entre as entrevistas e os relatórios, mediante os termos mais utilizados por cada uma delas (Camargo; Justo, 2013).

Visando contribuir para evidenciar as possíveis diferenças entre os vocábulos evocados em cada uma das variáveis, realizou-se a análise das especificidades de forma panorâmica com todos os termos de maior frequência de evocação no corpo textual das entrevistas e relatórios, conforme apresentado na Figura 5.

O destaque dos termos da Figura 5 pode ser justificado pela apresentação de argumentos descritivos de um programa de extrema importância para o agricultor familiar, tanto em relação ao incentivo à produção quanto no desenvolvimento econômico dessas famílias, como destacado também por Schwartzman *et al.* (2017). No que diz respeito à expressão “prefeitura”, percebe-se o seu ganho de notoriedade por ter uma relação próxima à associação, de maneira a cumprir todas as especificidades do contrato, inclusive, a regularidade no pagamento. Já o termo “trabalhar” reforça o compromisso da Associação na execução do “PNAE”, bem como na entrega dos “produtos”.

Embora a cor vermelha represente as falas do presidente da associação na AFC (Figura 4), ressalta-se que os termos “produto” (cor lilás) e “associação” (cor verde), na Figura 5, também foram evidenciadas na entrevista nas falas do presidente da associação.

[...] o programa trouxe muitas melhorias na nossa **produção** e renda, o PNAE, hoje, é tão bom para vender que a gente precisa está incentivando o agricultor a **produzir** e comercializar também na feira livre (...) o PNAE, hoje, para a **associação** e para os agricultores é um braço direito (J.R.C., destaque nosso).

[...] quanto aos **produtos** entregues via PNAE e se **produzimos** a quantidade exigida pela prefeitura, nós hoje estamos entregando 19 **produtos**, mas antes eram 28, quase 30 **produtos** (J.R.C., destaque nosso).

[...] uma **associação** que não tem estrutura, não tem como ela assumir porque nós não dependemos da prefeitura, nós assumimos o projeto e tocamos ele nós temos 6 pessoas que trabalham conosco no funcionamento interno (J.R.C., destaque nosso).

[...] nós produzimos **produtos** 100% orgânico, sem agrotóxicos, e é acompanhado pois o agricultor que utiliza agrotóxicos nós não cadastramos na **associação** (J.R.C., destaque nosso).

Apesar de os agricultores possuírem alimentos requisitados pelas prefeituras, como rege o PNAE, muitos, como relatado por Gomes *et al.* (2018), encontram-se com uma importante limitação das ações mercadológicas relativas ao PNAE, qual seja, a falta de organização dos agricultores familiares em associações ou cooperativas, principalmente na região Nordeste.

A entrevista com uma das nutricionistas, apresentada na cor laranja na Figura 4 e como mostra a Figura 5, evoca os vocábulos “produto”, “dificuldade” e “fornecer” como os mais frisados. Essa frequência relevante pode ser justificada pela ênfase dada ao processo de aquisição, a qualidade dos produtos, o fornecimento dos alimentos e o impacto econômico positivo a partir da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar no município. As expressões “agricultor”, “PNAE” e “associação” foram evocadas na perspectiva de descrever como ocorre o processo de chamada pública, bem como as medidas adotadas para certificar a qualidade dos produtos ofertados pela associação. Já o termo “dificuldade” não teve destaque durante a entrevista, tendo em vista que a entrevistada não identificou dificuldades na relação de compra e venda dos produtos entre os agricultores e a prefeitura, como destacado nas falas:

[...] após a seleção dos **agricultores** e **associações** que venceram a **chamada pública**, realiza-se uma amostra dos produtos para certificação de qualidade e finalização do procedimento, enquanto que, em geral os produtos são de boa qualidade (A.R., destaque nosso).

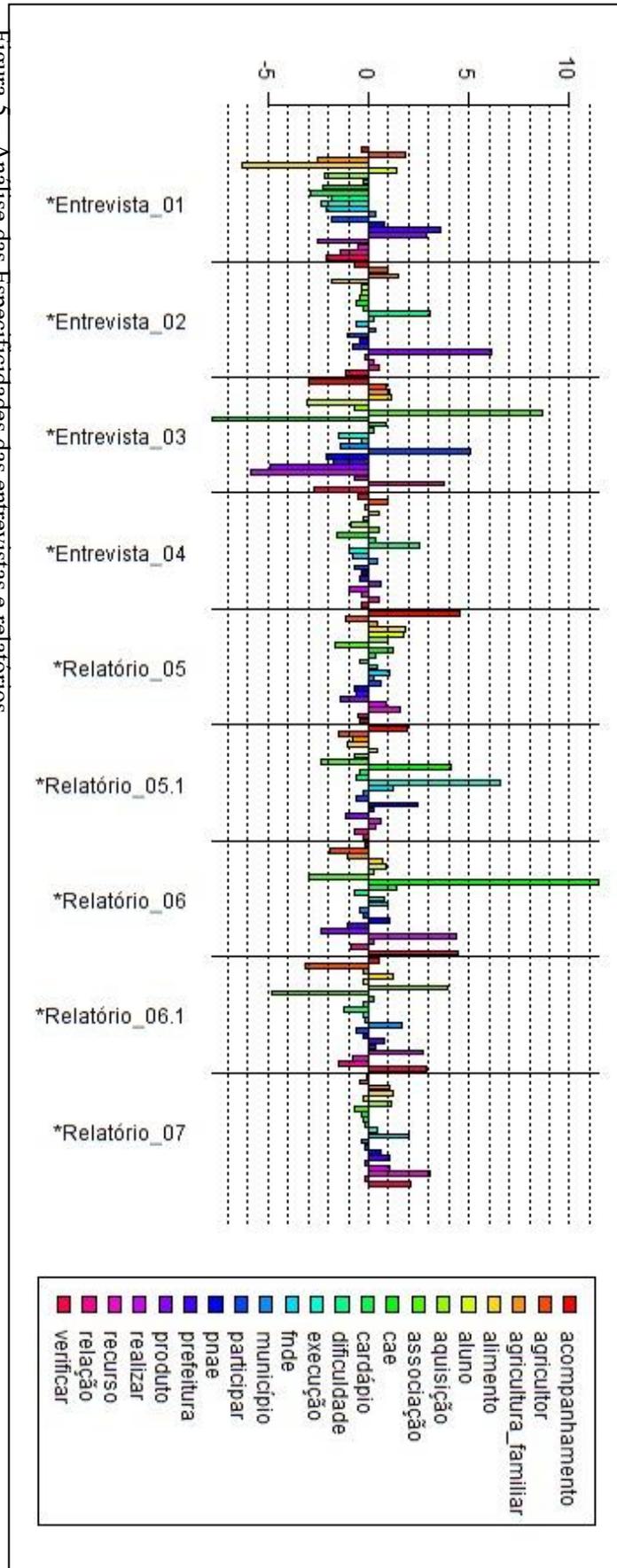
[...] os produtos são escolhidos com base no cardápio elaborado, mas sempre priorizamos aqueles que já temos ciência que são produzidos no município e que os **produtores** conseguem fornecer em larga escala durante todo ano (A.R., destaque nosso).

[...] o fornecimento dos produtos precisa estar de acordo com as condições preestabelecidas pelo **edital** (A.R., destaque nosso).

[...] atualmente apenas uma **associação** fornece os produtos da **agricultura** familiar para o **PNAE** no município de Açailândia (A.R., destaque nosso).

[...] a inserção de produtos da **agricultura** familiar, além de estimular a economia local, na sua maioria são produtos naturais entre verduras, frutas e legumes. [...] não percebo **dificuldade** na relação de compra e venda dos produtos entre os **agricultores** e a prefeitura (A.R., destaque nosso).

Figura 5 – Análise das Especificidades das entrevistas e relatórios
 Fonte: Dados da pesquisa, 2023.



A entrevista com a nutricionista 1 evidencia os termos “associação”, “alimento”, “relação” e “participar” como as palavras de maior reiteração, termos que também podem ser observados na Figura 4. Esse destaque em relação a palavra “associação” ocorre devido às minuciosas descrições acerca dos processos de análises pelo qual as associações precisam ser aprovadas para o fornecimento dos seus produtos via PNAE, bem como os entraves que as associações enfrentam no processo de análise documental.

Quanto à expressão “alimento”, está relacionado à riqueza de detalhes do funcionamento de todo processo que antecede a entrega dos produtos, bem como os avanços e entraves que circundam a aquisição dos alimentos. Os vocábulos “relação” e “participar” ganham destaque em virtude das explicações minuciosas em relação a todo o processo que envolve a chamada pública, bem como as documentações necessárias e imprescindíveis para que uma associação seja a beneficiadora e executora do PNAE, como segue nas falas a seguir.

[...] às vezes aparecem três ou quatro **associações** no dia da chamada pública por exemplo, mas só uma ou duas ficam classificadas, geralmente por conta de documentação mesmo, atualmente nós temos duas **associações** fornecendo a merenda escolar no município de Imperatriz (R.M.S.R., destaque nosso).

[...] às vezes eles não têm essas documentações, outrora não tem tanto interesse em **participar** das chamadas públicas porque já veem como algo complicado, como algo burocrático” [...] uma comissão analisa a documentação das **associações** que se inscreveram para participar e essas análises é bastante minuciosa (R.M.S.R., destaque nosso).

[...] ocasionalmente surgem algumas **associações**, mas para **participarem** das chamadas públicas são necessárias uma série de documentações e as vezes eles não têm essas documentações, outrora também não tem tanto interesse em participar das chamadas públicas porque já veem como algo complicado, burocrático (R.M.S.R., destaque nosso).

[...] no momento de elaborar o cardápio várias coisas devem ser levadas em consideração para escolher os **alimentos** da agricultura familiar entre elas a procura por **alimentos** regionais (R.M.S.R., destaque nosso).

Quanto à entrevista com a nutricionista 2, notou-se que as expressões mais evocadas na AFC (Figura 4) foram “acreditar” e “treinamento”, destacadas na cor verde limão; e “dificuldade”, na cor verde (Figura 5). O termo “acreditar” é frisado durante a entrevista em uma perspectiva de reconhecimento do prestígio do programa frente ao município, enquanto que as expressões “dificuldade” e “possuir” representam as condições distintas que a prefeitura dispõe, seja diante das dificuldades em relação à execução do programa no município ou em relação aos pontos positivos quanto à qualidade dos produtos. No entanto, os vocábulos “associação”, em verde; “alimento”, em laranja; “produto”, em lilás; e “agricultor”, em vermelho, também foram reforçados em diversas falas ao decorrer da entrevista, conforme Figura 5, como retratado nos trechos da entrevista:

[...] o Município de Itinga ainda possui uma **dificuldade** local na hora de **adquirir** os **produtos**, pois ele não conseguiu formar uma **associação** no município, não existe **agricultores** formais, [...] já tem vários anos que o Município de Itinga só tem uma **associação**, que é a **associação** do Município de Açailândia (R.D.A., destaque nosso).

[...] não encontramos **dificuldades** na **aquisição** dos **alimentos** requisitados, os **alimentos** provenientes dos agricultores possuem uma ótima qualidade [...] eu acredito que a inserção de **alimentos** de **agricultores** familiares na merenda escolar trouxe melhorias para a **alimentação** escolar e que certamente contribui muito para uma **alimentação** saudável (R.D.A., destaque nosso).

Destaca-se, como relatado por Triches e Grisa (2015) e Bevilaqua e Triches (2015), os diversos obstáculos enfrentados pelas organizações da agricultura familiar para acessar e se estabelecer nesse mercado institucional, como a falta de regularização de muitas associações, principalmente pela falta da DAP jurídica. Fica evidente a necessidade de busca do isomorfismo institucional, de maneira que as organizações possam buscar a legitimação institucional para acessarem esses mercados.

No relatório elaborado a partir da ata de reunião do CAE do Município de Imperatriz, é perceptível a frequente evocação dos termos evidenciados em verde na AFC, a saber: “entidade executora” (sete vezes), “acompanhamento” (seis vezes) e “aluno” (cinco vezes). Por ser um documento interno do órgão de fiscalização do programa no município, o texto traz a informação de que o CAE, como representante da entidade executora, realiza o adequado acompanhamento da gestão do programa, no que diz respeito aos aspectos de controle da quantidade e qualidade dos alimentos recebidos, controle de estoque eficiente, acompanhamento das chamadas públicas e do levantamento da demanda.

[...] para fins de **acompanhamento** das etapas de controle de qualidade, priorizando a qualidade dos alimentos, do armazenamento e do transporte utilizado para entrega dos alimentos, o CAE realiza degustações após o processo de licitações e visitas às escolas (Ata de reunião do CAE Imperatriz, destaque nosso).

[...] a forma de atuação da **entidade executora** em participar financeiramente da **execução** do PNAE funciona da seguinte forma, aos **alunos** que estão cadastrados no censo escolar e que recebem o recurso do FNDE, a **entidade executora** adiciona mais um percentual para melhorar a per capita (Ata de reunião do CAE Imperatriz, destaque nosso).

No relatório de fiscalização (5.1) elaborado pela Secretaria Federal de Controle Interno (órgão vinculado à Controladoria Geral da União) no município 1, evidencia, em grande parte, palavras que revelam um teor mais técnico acerca do programa e que ganham destaque no quadrante em que se encontram os termos “execução”, “PNAE” e “nutricionista” (na cor fúcsia).

Os termos “PNAE” e “execução” ganham evidência, sendo evocados por 13 e 11 vezes, respectivamente, nos trechos em que o documento cita o processo de gestão do programa, apresentando o aspecto deficitário do programa. Esses termos fazem relação com as outras palavras também evidentes, como “nutricionistas” e “conselheiro”, evocadas por oito e cinco vezes, em que discorre sobre o papel desempenhado por esses profissionais durante o funcionamento do programa na entidade executora. No caso dos conselheiros, se mostraram alheios aos assuntos inerentes ao programa, bem como relata o quadro de pessoal deficitário que o município apresenta para atingir uma maior cobertura e realização satisfatória do PNAE, como mostra os recortes das entrevistas abaixo.

[...] a quantidade insuficiente de nutricionistas torna inviável a execução de atividades obrigatórias do PNAE conforme determinado pelo Art.12 da resolução FNDE nº 26 de 2013 (relatório de fiscalização da Secretaria Federal de Controle Interno, destaque nosso).

O termo de maior ocorrência em comparativo com todos os relatórios e palavras apresentados na análise, é a palavra “CAE” (azul claro), sendo a palavra mais evocada (21 vezes) e ganha destaque, principalmente, no relatório de fiscalização da CGU no Município Senador La Rocque, em 2010. O termo emerge no texto como o maior problema na execução do PNAE no município, pois evidencia a atuação deficiente do conselho inúmeras vezes, envolvendo problemas técnicos com reuniões, documentos do próprio conselho, desconhecimento dos membros acerca de deliberações e assuntos relacionados ao funcionamento e existência do próprio órgão, entre outras inconsistências, como relatado no Relatório de fiscalização da CGU no município de Senador La Rocque.

[...] da realização de entrevistas com os membros do **CAE** e com a **comunidade escolar** bem como do exame do livro de atas do **CAE** foi constatado **atuação deficiente do órgão de controle social** do PNAE (Relatório de Fiscalização da CGU no Município Senador La Rocque 2010, destaque nosso).

Os demais termos evidenciados na AFC, “realizar”, “verificar” e “preparo” (azul claro), citado por dez, nove, e seis vezes respectivamente, revelam o contexto escolar que os fiscalizadores se depararam. Aqui surgem os termos se referindo ao processo de preparação dos alimentos nas escolas, que se mostrou inadequado, devido a problemas encontrados, como falta do uso de EPI’S pelas merendeiras, péssimas condições sanitárias das escolas, dentre outros, como descrito nas falas:

[...] nas visitas **realizadas** em escolas para **verificar** as condições de **preparo** da alimentação escolar, se constatou que as escolas relacionadas **não possuem condições adequadas** para o preparo da alimentação escolar (Relatório de Fiscalização da CGU no Município Senador La Rocque 2010, destaque nosso).

[...] constatou, nas visitas **realizadas** em escolas, que as refeições **não estão sendo preparadas de acordo com o cardápio** elaborado pela nutricionista (Relatório de Fiscalização da CGU no Município Senador La Rocque 2010, destaque nosso).

Em outro relatório produzido pelo TCU também no Município de Senador La Rocque, em 2017, emergiu com maior frequência a palavra “produto” (laranja na AFC) evocada por nove vezes. Aqui, o documento demonstra que boa parte dos problemas encontrados na fiscalização se relacionam diretamente com os produtos adquiridos pela prefeitura. O texto cita, por exemplo, produtos que não estavam previamente dispostos nos cardápios das escolas sendo ofertados aos alunos, a inexistência de ficha técnica e a inexistência de controle de recebimento dos alimentos, como relatado no relatório.

[...] as planilhas de cálculo foram elaboradas de acordo com a descrição dos **produtos** levando se em conta a quantidade descrita nas embalagens

quando o volume quantidade e peso do **produto** adquirido pela equipe de auditoria não era exatamente igual a descrição dos itens licitados (Relatório do TCU relatório produzido pelo TCU relativo ao Município de Senador La Rocque em 2017, destaque nosso).

[...] foi constatado que há **produtos** tais como risotos e sopas formuladas que não constavam da licitação, mas que estavam sendo adquiridos e distribuídos normalmente nas escolas e ofertados aos alunos o que foi confirmado quando a equipe de auditoria visitou algumas escolas e detectou a existência desses **produtos** (Relatório do TCU relatório produzido pelo TCU relativo ao Município de Senador La Rocque em 2017, destaque nosso).

[...] foi verificada aquisição de **alimentos** oriundos da agricultura familiar em quantidade inferior a 30% dos recursos repassados pelo FNDE à Prefeitura Municipal de Vila Nova dos Martírios (Relatório do TCU relatório produzido pelo TCU relativo ao Município de Senador La Rocque em 2017, destaque nosso).

[...] a prefeitura municipal não encaminhou ao FNDE a prestação de contas dos recursos destinados a **alimentação escolar** dos exercícios de 2011 e 2012 no prazo previsto pela legislação (Relatório do TCU relatório produzido pelo TCU relativo ao Município de Senador La Rocque em 2017, destaque nosso).

Os resultados apresentados neste trabalho abrangem apenas a situação de cinco municípios localizados na região oeste do Maranhão, quais sejam, Imperatriz, Senador La Rocque, Açailândia, Itinga do Maranhão e Vila Nova dos Martírios). Como limitação deste trabalho, tem-se que os atores ligados ao PNAE nos outros 11 municípios da região não responderam as entrevistas, pois alguns não conseguem operacionalizar o PNAE e outros não tiveram interesse em participar. Quanto aos municípios analisados, considera-se um avanço o desenvolvimento do PNAE, que traz benefícios sociais e econômicos à região. A tendência, segundo o explanado nas entrevistas, é que a cooperação entre os agentes do programa possa favorecer uma evolução ao longo dos anos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como objetivo analisar a relação social de mercado mediante a dinâmica institucional entre as prefeituras e agricultores familiares, via PNAE, dos municípios de Imperatriz, Senador La Rocque, Itinga do Maranhão, Açailândia e Vila Nova dos Martírios. Essa dinâmica foi apresentada e avaliada a partir da análise cruzada entre os atores entrevistados na execução do programa e o registro documental evidenciado pelos relatórios de execução publicados pelos municípios.

Dentre os avanços alcançados, destaca-se que o PNAE ganhou notoriedade ao ser retratado pelas nutricionistas entrevistadas dentre os responsáveis pela sua execução, como um programa que contribui para que os alunos das escolas da rede de ensino público possam ter acesso a alimentos ricos em nutrientes, proporcionando, assim, uma alimentação saudável e com produtos frescos e livre de intermediários. Essa dinâmica tem favorecido o desenvolvimento da agricultura familiar no sentido de facilitar e motivar o escoamento da sua produção. Para os produtores, esse mercado, previamente definido pela política, pode impactar diretamente no desenvolvimento social e econômico das regiões.

Os alimentos fornecidos pela agricultura familiar são produtos regionais, contribuindo para que as escolas mantenham o consumo de alimentos equivalentes à cultura alimentar da região. O relato das associações também identificou a concentração na produção específica para atendimento à demanda das prefeituras, com a consequente redução da diversificação de produtos cultivados pelo produtor e economia nos insumos.

As associações têm um papel importante na informação e consultoria para a habilitação do produtor familiar perante às regras do programa e ao atendimento da burocracia exigida. Como relatado, a produção da agricultura familiar é fornecida aos municípios pela associação responsável local, no entanto, a atuação dessas entidades de cooperação ainda apresenta fragilidades e necessidade de maior inserção perante aos municípios.

Dentre os entraves evidenciados durante a coleta de dados, destacam-se o número reduzido de associações que participam do processo de chamada pública, além de fatores como ausência de documentação e de informação por parte da organização das associações em relação ao processo de chamada pública, sendo um fator limitante aos agricultores familiares. Na análise documental dos relatórios de fiscalização, foram evidenciadas fragilidades na formação do preço, ausência de controle de estoque, não cumprimento do cardápio desenvolvido pelas nutricionistas e ausência de fiscalização pelo CAE.

A análise de conteúdo realizada se baseou nos termos de maior frequência evocados nas entrevistas e nos excertos dos relatórios de execução do PNAE. Essa metodologia permitiu o aprofundamento da análise com base na coocorrência das palavras evocadas e que se destacaram no *corpus* textual. Sem essa abordagem, muitas evidências poderiam não ter sido percebidas durante a interpretação dos dados, ao considerar que foram tratadas uma grande massa e volume de texto no *corpus* textual.

Sugere-se, como alternativa para o melhor desenvolvimento do PNAE nas regiões, que se desenvolvam ações para viabilizar uma maior divulgação do programa e dos processos institucionais, como chamadas públicas. Sugere-se também o estímulo dos agricultores familiares a participarem de associações ou cooperativas, e que os mesmos tenham mais acesso a informações no que tange aos aspectos institucionais das vendas públicas. Algumas limitações foram encontradas para a realização deste trabalho, uma vez que diversos municípios do Oeste do Maranhão historicamente não conseguem manter as compras via PNAE.

Como trabalhos futuros, sugere-se a realização de pesquisa para fins de identificar os entraves que prejudicam a implementação e a operacionalização das compras públicas, em comparativo com os diversos estados da região Nordeste, com o objetivo de viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar e o desenvolvimento rural mediante os mercados sociais.

Referências

- ABREU, K. D. R. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas.** 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV. São Paulo, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FGV_5daab3cb6862d8ee9fc38255e9b226e5
- ANDRADE JÚNIOR, E. O.; ANDRADE, E. O. Lexical analysis of the Code of Medical Ethics of the Federal Council of Medicine. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 62, n. 2, p. 123-130, 2016. doi.org/10.1590/1806-9282.62.02.123
- BARBOSA JR., R.; COCA, E.; SOYER, G. School food at home: Brazil's national school food programme (PNAE) during the COVID-19 pandemic. **Social and Cultural Geography**, v. 24, n. 2, p. 1-21, 2022. doi.org/10.1080/14649365.2022.2115538
- BARDIN, L. **L'Analyse de contenu.** France: Presses Universitaires de France, 1977.
- BEVILAQUA, K.; TRICHES, R. M. Implicações da venda de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar nos aspectos de renda e organização dos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 2, p. 448-460, 2015. doi.org/10.20396/san.v21i2.8634474
- BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: 25/7/2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Iramuteq: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 513-518, 2013. doi.org/10.9788/TP2013.2-16.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software Iramuteq.** Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC. Brasil, 2016. doi.org/10.1055/s-0029-1242438
- CHAVES, M. M. N. et al. Use of the Software IRAMUTEQ in Qualitative Research: An Experience Report. **Studies in Systems, Decision and Control**, Cham, v. 17, n. 1, p. 39-48, 2017. doi.org/10.1007/978-3-319-43271-7_4
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. "The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields". **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-60, 1983. [American Sociological Association, Sage Publications, Inc.]. doi.org/10.2307/2095101.
- ELIAS, L. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P.; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. Socioeconomic impacts of the National School Feeding Program on family farming in Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019. doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266.
- FNDE. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. **PNAE e Agricultura familiar.** 2018a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae/>

eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar.
Acesso em: ago. 2018.

FNDE. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. **Sobre o PNAE**. 2018b. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: ago. 2018.

GOMES, A. C.; DEPONTI, C. M.; AREND, S. C.; ETGES, V. E.; KARNOPP, E.; SILVA, T. L.; BOER, A. I. O mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar – PAA e PNAE – no território do Vale do Rio Pardo, RS. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 8, n. 1, p. 4-24, 2018. doi.org/10.24302/drd.v8i1.1544

HEMMERT, M.; KIM, D.; KIM, J.; CHO, B. Building the supplier's trust: role of institutional forces and buyer firm practices. **International Journal of Production Economics**, v. 180, n. 1, p. 25-37, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2016.05.023>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>

NERO, D. S. M.; GARCIA, R. P. M.; ALMASSY JR, A. A. The National School Feeding Programme (PNAE) from its decentralisation management. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 31, n. 118, p. 1-23, 2023. doi.org/10.1590/S0104-40362022003003056

PORTE, M. de S.; SAMPAIO, E. S.; PEREIRA, C. A. Compliance nas Pesquisas em Gestão Pública Indexadas no SPELL: uma Meta- Investigação. *In*: Congresso de Ciências Contábeis e Atuariais. **Anais [...]**, Paraíba, 2020.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. 2017. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elizabeth-salviati>. Acesso em: 08 abr. 2019.

SAMBUICHI, R. H. R. Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *In*: Sambuichi, R. H. R. *et al.* (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22245

SCHUBERT, M.; SCHNEIDER, S. Social construction of markets and the trends of consumption: The case of the Family Farmers' Market at Expointer (Brazil). **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 3, p.373-382, 2016. doi.org/10.4013/csu.2016.52.3.0

SCHWARTZMAN, F.; MORA, C. A. R.; BOGUS, C. M.; VILLAR, B. S. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 12, p. 1-15, 2017. doi.org/10.1590/0102-311X00099816

SOUSA, E. P. de; OLIVEIRA, R. B. de; FERREIRA, F. D. G. Technical and scale efficiency of beneficiary and non-beneficiary farmers of the national school feeding program in the Sertões of the State of Ceará. **Custos e Agronegócio**, v. 17, n. 1, p. 351-375, 2021. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85107427160&partnerID=40&md5=1e0366c0a74c43edb637f22c53b66be9>

TRICHES, R.; GRISA, C. (2015). Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, v. 26, n. 1, p. 10-27, 2015. doi.org/10.47946/rnera.v0i26.3569

TRICHES, R. M. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In*: Grisa, C.; Schneider, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>